

Representação do Transexual no filme brasileiro “Vera”.¹

Beatriz MUFFO²

Caio MARCHI³

Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, SP

Resumo

Neste trabalho, buscamos compreender de que forma o transexual é representado no filme brasileiro “Vera” (1986). Para tanto, fizemos uma análise fílmica da obra, de modo a desconstruir as narrativas e estabelecer relações com as outras temáticas que abordamos neste artigo por meio de pesquisa bibliográfica, que apresentaram pertinência para a temática proposta, sendo elas: gênero, sexualidade, teoria *queer* e transexulidade, abordadas Judith Butler (2014), Berenice Bento (2006) e Joan Scott (1995) e cultura da mídia e cinema, sob a ótica Douglas Kellner (2001), Roger Silverstone (2002) e Ruby Rich (2013).

Palavras-chave: gênero, transexualidade, cinema, teoria *queer*, anos 80

1.1 Gênero

Para melhor entendimento das atuais teorias sobre gênero, a princípio procuramos investigar o surgimento do termo e suas possíveis interpretações e desconstruções ao longo dos anos. Para Bento (2006), os estudos sobre o assunto, inicialmente, surgiram para desvendar a submissão da mulher no cenário perpetuado pelo pensamento moderno, que por sua vez, questiona as posições de gênero na sociedade através da normatividade binária. De acordo com Simone de Beauvoir: “em verdade, basta passear de olhos abertos para comprovar que a humanidade se reparte em duas categorias de indivíduos, cujas roupas, rostos, corpos, sorrisos, atitudes e interesses e ocupações são manifestamente diferentes.” (BEAUVOIR apud BENTO, 2006, p. 71). Sendo assim, pela definição de Beauvoir assume-se que existam apenas dois corpos, dois gêneros e duas subjetividades diferentes. Essa compreensão binária reproduz o pensamento de que as

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática Comunicação Audiovisual, da Intercom Júnior – XI Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Estudante Recém Graduada (junho/2015) no Curso de Comunicação Social – Publicidade e Propaganda na Escola Superior de Propaganda e Marketing, email: muffo.beatriz@gmail.com

³ Orientador do trabalho. Professor do Curso de Comunicação Social da Escola Superior de Propaganda e Marketin, email: caio.favero@espm.br

características de dado sexo são compartilhadas por todos aqueles pertencentes ao mesmo. (BENTO, 2006)

Essas definições começam a ser questionadas entre os anos 80 e 90, com a propagação de novas interpretações das teorias feministas. Para Butler (2014), a dicotomia sexo/gênero foi uma espécie de pilar fundacional da política feminista clássica, concebida originalmente para questionar a concepção de que a biologia é o destino do sujeito. Essa distinção entre sexo e gênero, onde sexo é considerado intratável biologicamente e gênero é acreditado como algo culturalmente construído, presume que, conseqüentemente, o gênero não é nem o resultado causal do sexo, nem tão “fixo” quanto o mesmo, não devendo ser entendido como uma construção social abstrata que permeia as maneiras de modelar e educar o tal “corpo natural”, que compreendemos também como “sexo”. A premissa de que sexo é a biologia e o gênero é a construção cultural que age sobre o corpo permite uma série de questionamentos, e é neste cenário que Butler (2014) constrói seu diálogo, desconstruindo as concepções permitidas por essa afirmação. Segundo a autora, mesmo que o sexo em si não aparente ser problematicamente binário em sua constituição e morfologia, não há como e porque presumir que o (s) gênero (s) também permaneçam em número dois. Sendo assim:

A hipótese de um sistema binário dos gêneros encerra implicitamente a crença numa relação mimética entre gênero e sexo, na qual o gênero reflete o sexo ou é por ele restrito. Quando o *status* construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero torna-se um artifício flutuante, com a consequência de que *homem* e *masculino* podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e *mulher* e *feminino* tanto um masculino como um feminino. (BUTLER, 2014, p. 25)

Desta forma, ainda segundo Butler (2014), não há coerência em presumir o gênero como interpretação cultural do sexo e não devemos entendê-lo meramente como uma inscrição de significado cultural num sexo previamente dado, precisamos também nomear o mecanismo de produção por onde os próprios sexos são instituídos. A partir disso, podemos supor que o gênero não está para a cultura da mesma forma como o sexo está para a natureza, pois

Ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual a “natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior a cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a

cultura [...] Na conjuntura atual, já está claro que colocar a dualidade do sexo num domínio pré-discursivo é uma das maneiras pelas quais a estabilidade interna e estrutura binária dos sexos são eficazmente asseguradas. Essa produção do sexo como pré-discursivo deve ser compreendida como efeito do aparato de construção cultural que designamos por gênero. (BUTLER, 2014, p.25-26)

O gênero, então, ao ser compreendido como culturalmente construído, torna-se um recipiente passivo de uma lei inexorável que sugere uma certa forma de determinismo de significados. Nessa concepção, quando a cultura que “age” sobre o gênero de modo a defini-lo, é compreendida de acordo com essas leis, assume-se que o gênero é tão fixo e determinado quando o sexo na concepção inicial de que a biologia é o destino. Neste caso, não a biologia, mas a cultura seria o destino.

Ainda segundo a autora, a unidade do sujeito começa a ser contestada a partir dessas contradições que permitem que o gênero ocupe seu espaço como interpretação múltipla do sexo. Segundo Scott (1995), gênero também havia sido amplamente utilizado para constituir relações sociais entre os sexos, rejeitando as justificativas biológicas que parecem querer encontrar um denominador comum para os vários modos de formação identitária, como o suposto fato de mulheres exercerem a maternidade e de homens terem uma força muscular superior. Assim, o gênero torna-se, também, uma forma de apontar as “construções sociais” - criação totalmente social dos papéis ideológicos impostos a homens e mulheres. O uso de “gênero”, ainda “coloca ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade” (SCOTT, 1995, p.7)

O gênero, passou então, a ser trabalhado inter-relacionalmente, levando em consideração aspectos etnográficos, demográficos e político-sociais. No entanto, de acordo com Bento (2006), tanto nos primeiros estudos feministas, quanto nas desconstruções posteriores, sexualidade e gênero ainda eram pensados dentro da normatividade binária. Segundo a autora, a definição de Scott, por exemplo, de que gênero é “um elemento constitutivo das relações baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” (BENTO, 2006, p.75), ao estabelecer um conceito com base nas “diferenças entre os sexos”, acaba, inevitavelmente retornando ao binarismo. É a partir do surgimento dos estudos *queer* que essas concepções começam a mudar.

1.2 Teoria queer

De acordo com Miskolci (2009), uma das obras que ofereceu base para o desenvolvimento da teoria *queer* foi *Gramatologia* (1967) de Jacques Derrida, onde o autor expõe o conceito de complementaridade. Este conceito aponta que “significados são organizados por meio de diferenças em uma dinâmica de presença e ausência, ou seja, o que parece estar fora de um sistema já está dentro dele e o que parece natural é histórico” (DERRIDA apud MISKOLCI, 2009, p. 153). Sendo assim, a homossexualidade depende da heterossexualidade para sua significação, de maneira que só definimos o que somos (hetero ou homossexuais) em oposição aquilo que não somos. A complementaridade conceitua-se como o efeito da desconstrução entre “presença e ausência”, ainda que devido aos constantes reforços em seus atos de significação terminamos por sempre estarmos inscritos dentro das bases da concepção binarista. (MISKOLCI, 2009)

Partindo dessas concepções, de acordo com Leite (2008), surgem os estudos *queer*, desenvolvidos dentro de estudos filosóficos e sociológicos do pós-feminismo e pós-estruturalismo. Este estudo propõe uma crítica a suposições universais e naturalizadas sobre “mulher”, “homem”, “corpo”, “sexo” e as dualidades “masculino/feminino”, “gênero/sexo”, “homo/hetero”, “cultura/natureza”. Eram essas as separações e premissas que permitiam a crença que expomos no início deste trabalho: a da existência um corpo natural e pré-discursivo e uma cultura que agisse sobre o corpo, o moldando conforme suas regras. O conceito de humanidade segundo estes padrões é colocado em questionamento pelos estudos *queer*, ao ser assumido como um estudo do que é degradado e degradante nas relações sociais.

Segundo Butler, o gênero é a ficção reguladora mais importante de nossa cultura, sendo ele que produz a materialidade, inteligibilidade e grau de importância que compreendemos nossos corpos, estruturando-os em sexos distintos e sexualidades próprias. Sendo assim, a autora acredita que é a ideologia moderna de gênero que estabelece a heterossexualidade compulsória, ou seja, a coerção social para que as pessoas se relacionem de forma heterossexual, sendo essa maneira a considerada “natural” e também a “heteronormatividade, a organização da vida social de acordo com os padrões binários de oposições homem/mulher, ativo/passivo, mesmo para relações entre pessoas do mesmo sexo ou gênero.” (BUTLER apud LEITE, 2008, p.114). Sendo assim:

É através dos conceitos e expectativas de gênero que se define inclusive o que são (ou não são) corpos humanos, quais suas características e diferenças, quais e quantos são os sexos, como podem ou não ser reconhecidos e, principalmente, quais os corpos, sexos e pessoas que não se enquadram dentro das normas de gênero, tornando-se, dessa forma, monstros, *freaks*, *queers*, os seres abjetos que, mesmo sendo os opostos constitutivos de certo conceito de “humano”, como a teoria de “feminino” para se constituir o “masculino”, ou “homossexual” para delimitar o heterossexual, não são compreendidos como possuindo o mesmo grau de “humanidade”. (LEITE, 2008, p.115)

Para a Butler (2014), existe um jogo de relação entre poderes que delimita o que pode ou não ser reconhecido como corpo, sexo ou ser humano, o que cria confrontos dentro da norma do gênero; essa “materialização” do conceito justifica socialmente diversas hierarquias e /ou formas de repressão ou privilégios já existentes. Segundo Bento (2006), a normatividade de gênero está baseada naquilo que a genitália informa, e este sistema de diferença sexual sugere que haja sempre concordância entre gênero, sexualidade e corpo, com instruções sociais que estão presentes no nosso cotidiano, normatizando e vigiando prováveis deslocamentos à regra. O “sexo”, compreendido dentro de sua normatividade, se torna não apenas o que uma pessoa tem ou uma descrição do que o indivíduo é, mas sim uma das maneiras pelas quais o ser se torna viável, qualificando o corpo para a intangibilidade da vivência cultural. Essa intangibilidade proporciona aos corpos, quando de acordo a norma binária de gênero, serem reconhecidos como humanos, possuindo um sexo (feminino/masculino) e uma sexualidade próprias. Neste sentido:

Os “gêneros inteligíveis” que funcionam predominantemente ainda hoje - ou seja, aqueles que se organizam segundo a lógica do “tem pênis, logo é homem, masculino e deve sentir atração afetivo-sexual por mulheres (é heterossexual)” e “tem vagina, logo é mulher, feminina e deve sentir atração afetivo-sexual por homens” - não são uma construção recente. Ao contrário, pode-se afirmar também que era a coerência de gênero que organizava, conforme visto, a *epistémê* arcaica, dentro do modelo de gêneros hierárquicos que regia a visão de um corpo como possuindo um sexo apenas (LEITE, 2008, p. 116)

Desta forma, com base no surgimento de uma organização que tenta delimitar o que pode ou não ser considerado humano e quais são as fronteiras deste conceito, surgem alguns questionamentos a respeito da inteligibilidade dos gêneros, como a possibilidade de existir pessoas sem sexo, ou com mais de um sexo, ou se um homem pode se vestir como mulher e continuar sendo visto com homem, se uma mulher pode se relacionar afetiva e sexualmente

com outra mulher, vestir-se de homem e ainda se considerar feminina, e ainda se o desejo sexual pode ser visto como elemento distinto do gênero. (LEITE, 2008, p. 122). As possibilidades e variações são inúmeras, mas a partir de agora focaremos aqui no estudo da construção do transexual, uma forte representação da quebra de gênero inteligível, da normatividade binária e da heterossexualidade compulsória.

1.3 Transexualidade

Para começarmos a entender identidade transexual, procuraremos contextualizar sua problemática explorando alguns conceitos úteis para seu entendimento. De acordo com Bento (2006), em 1949 foi publicado por Caudwell o primeiro estudo de caso de um transexual masculino, e neste trabalho foram delimitadas as características até hoje consideradas exclusivas dos transexuais. Até este momento, não existia uma diferenciação conceitual e clara entre homossexuais, travestis e transexuais. Atualmente, para Lourenço (2009), com os diversos papéis sexuais existentes na sociedade contemporânea, surgem diversas manifestações de identidade sexual, atualmente podendo ser simplificadas na categoria LGBTTT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros).

De acordo com Bento (2006), podemos compreender a transexualidade como uma forte sensação de desconforto e falta de reconhecimento do seu corpo anatômico, onde permanece o desejo de fazer a transição do seu sexo para o sexo oposto. Sendo assim, retomamos aqui a afirmação de que o transexual representa grande quebra da normatividade binária e do gênero inteligível. Isso ocorre, segundo a autora, pelo fato de romperem e cruzarem barreiras socialmente impostas para os gêneros e por desconstruírem a relação simplista de “vagina-feminino”/ “pênis-masculino”. Para Jayme:

Mesmo que o impasse com referência as teorizações de sexo, diferenças sexuais e gênero não esteja resolvido, é possível buscar uma relação entre essas categorias a partir da ideia de experiência, como sugere Moore. Pensando no caso dos transgêneros, torna-se explícita essa relação, pois em sua experiência revelam muitas vezes que o sexo é uma relação social prioritária na construção de suas identidades, tendo em vista que é no corpo sexuado que eles indicam sua diferença, como é também nesse corpo (ou por meio dele) que transexuais, travestis, transformistas e *drag queens* “embaralham” o gênero, revelando-o como um “através”. (JAYME, 2010, p. 171)

Portanto, para Bento (2006), os olhares acostumados a divisão dualista do gênero, não se acostumam e se perdem diante destes corpos “embaralhados”, que cruzam os limites tão aparentemente fixos do masculino e feminino e reivindicam, por meio de seus corpos e maneiras de ser, uma identidade de gênero oposta a informada em sua genitália. Afinal, segundo Jayme (2010) é a partir da aparência que ocorre a distinção de homens e mulheres, e os transexuais desestabilizam essa dicotomia por meio de sua imagem, que por vezes dificulta o discernimento do sexo de que se trata. Apesar da quebra da normatividade e das barreiras de gênero, o transexual ainda enfrenta dificuldades em relação a sua legitimidade identitária. Dentre elas, é importante destacar que a transexualidade foi caracterizada por muito tempo como um transtorno de identidade pela Organização Mundial de Saúde⁴(O.M.S.), no entanto, a partir de 2015 não será mais considerada uma doença e será retirada da lista de patologias da Organização. Ainda que não seja mais considerada uma patologia, necessitamos compreender o transexual como um ator social que vive o drama de não ter referências identitárias nas categorias sociais, portanto, necessitando de um diagnóstico exercido pelo saber e poder de estruturas médicas, políticas e judiciárias. Será por meio de laudos feitos por assistentes sociais, requisições jurídicas de exames de corpo e análises psicológicas e psiquiátricas que será concedido ou negado o direito da cirurgia de redesignação sexual, sendo a legitimidade do discurso e da identidade do transexual dependente de uma série de fatores independentes a ele.

Compreendemos neste momento a relação paradoxal que permeia a construção transexual. Ao mesmo tempo que faz-se necessária a sujeição a uma relação de poderes que podem ou não autorizar a intervenção corporal, para Jayme “a(s) identidades(s) das pessoas que se encaixam no universo trans não se localiza (m) apenas no corpo, mesmo que este seja percebido como o local de significado dessa(s) identidade(s)” (JAYME, 2010, p.175). Ainda de acordo com a autora, a ideia da “montagem” do corpo, seja ela por meio de vestimentas e acessórios ou por meio da cirurgia de mudança de sexo, não ocorre só no corpo, mas também na mente, uma vez que além de não poder haver uma separação entre os dois, ambos são produzidos e inacabados. Assim, é preciso de uma reflexão que não situe o corpo como totalmente passivo, considerando-o como ponto de partida para a análise cultural, colocando fim a distinção tradicional entre sujeito e objeto, nos levando a perceber objetos culturais como constituídos de forma indeterminada e fluida. Perceber o

⁴ Disponível em: <<http://www6.ensp.fiocruz.br/radis/conteudo/transexualidade-fora-da-lista-de-doencas-mentais-da-oms>>. Acesso em novembro de 2014

gênero, então, como perspectiva “incorporada” permite que ele seja notado como algo sempre inacabado. Para Butler (2014), é necessário, ainda, uma performance repetida para comprovar a experiência concreta do gênero, para que haja tanto a experiência de significados socialmente estabelecidos, como uma forma de ritualizar a sua legitimidade:

O gênero não deve ser identidade estável ou um *locus* de ação do qual decorrem vários atos; em vez disso, o gênero é uma identidade tenuemente construída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma repetição estilizada de atos. O efeito de gênero se produz pela estilização do corpo e deve ser entendido conseqüentemente, como a forma corriqueira pela qual os gestos, movimentos e estilos corporais de vários tipos constituem a ilusão de um eu permanente marcado pelo gênero (BUTLER, 2014, p.200)

A transexualidade, portanto, nos permite enxergar de forma mais clara a ideia de que o gênero não é formado apenas por masculino e feminino, uma vez que por meio das constantes transformações corporais auxiliam na percepção de que o gênero, tanto quanto o corpo, também é inacabado e constantemente construído. E também podemos encontrar no seu papel social um reforço a percepção de Butler da noção de “performatividade”, caracterizada como essa repetição de normas que constituem o sujeito, pelo seu constante manifesto e ritualização de gênero e corpo. (LEITE, 2008)

Para introduzir nossa análise do filme “Vera” (1986), cabe neste momento fazer uma breve contextualização sobre cinema e alguns conceitos importantes para facilitar nossa compreensão sobre seu papel em nossa sociedade e suas formas de moldar relações e construções sociais. Desta forma, então, para que se entenda o atual cenário mundial cinematográfico, primeiramente deve-se entender o cinema como parte de uma cultura maior, a cultura da mídia. De acordo com Douglas Kellner (2001), o termo cultura pode ser definido como “forma de atividade que implica alto grau de participação, na qual as pessoas criam sociedades e identidades. A cultura modela indivíduos, evidenciando e cultivando suas potencialidades e capacidades de fala, ação e criatividade.” (KELLNER, 2001, p. 11). A partir dessa definição inicial, procuraremos entender a seguir como a mídia pode atuar como cultura.

Segundo Silverstone (2002), a mídia oferece critérios e referências para a condução da vida, filtrando e moldando realidades cotidianas por meio de suas representações. Sendo assim, é responsável por moldar o comportamento social, oferecendo padrões e modelos de como se viver e definindo valores e ideologias, além de reforçar padrões já vigentes na

sociedade. De acordo com Kellner (2001), porém, não é por meio de um sistema de doutrinação ideológica rígida que a sujeição a esses padrões acontece e sim pelo produto do entretenimento, que por meio imagens e sons, criam um espetáculo de sedução ao público, levando-o a se identificar com determinadas opiniões, sentimentos, atitudes e práticas.

Para Nepomuceno (2009), o cinema teve seu espaço legitimado dentro da cultura da mídia por contribuir diretamente com a manutenção de valores e propagação de ideais e comportamentos. No que se diz respeito a questão de gênero, já abordada no início deste trabalho, o cinema foi responsável ao longo de sua história por reforçar o modelo social patriarcal e heteronormativo, de modo a definir e reforçar constantemente a dicotomia entre masculino/feminino, homem/mulher e homo/heterossexual. As transgressões de identidades de gênero no cinema, ainda, foram construídas de forma a explorar situações que ou remetiam a comicidade ou como uma questão a ser desvendada ou, ainda, denunciada:

As sexualidades variáveis, quando permitidas, detinham uma narrativa ideológica que marcava a diferença e a exclusão da norma, da ordem, do instituído. Um caminho traçado sempre às paralelas, sendo definido e definindo-se como algo proibido, culpabilizado, ou ainda, na vertente do riso e do escracho, onde as linhas do eu e do outro ficam mais fortemente separadas pelo que não reconheço em mim. (NEPOMUCENO, 2009, p.3)

Ainda segundo a autora, essas problemáticas citadas em torno das representações das sexualidades variáveis podem ser exemplificadas com referências que datam desde o começo do século XX no cinema hollywoodiano. Eram as primeiras personagens gays, que cumpriam apenas o papel de provocar o riso fácil na plateia, por meio de seus trejeitos exageradamente afeminados e maquiagens e gestos espalhafatosos. Já essa representação de sexualidades distintas, quando aplicada ao território feminino, era marcada pela obscuridade. Mulheres que cruzavam as fronteiras do socialmente aceitável para seu gênero, eram tidas como misteriosas e perigosas. Quando se tratava do travestismo, presente desde os filmes de Charles Chaplin, a representação era, assim como a do homossexual, situada no caráter do deboche, do humor “pastelão”.

O caminho que o cinema percorreu para desempenhar uma maior “democratização” no território da sexualidade foi longo. Para Bessa (2007), é só em meados da década de 70 que o cinema gay e lésbico começa a aparecer, possibilitado pelas militâncias e protestos em prol da libertação homossexual que começavam a ganhar voz nos Estados Unidos.

Segundo Rich (2013), os primeiros filmes eram documentários experimentais, posteriormente abrindo caminho para festivais de filmes direcionados para o público LGBT. Ainda para a autora, em meados da metade da década de 80 inicia-se um verdadeiro renascimento, viabilizado pela energia do ativismo da AIDS: os filmes, neste momento, tornam-se mais sérios, e procuram servir como inspiração para gerações passadas e futuras e trazer uma maior reflexão acerca dos problemas enfrentados pelas minorias sexuais, incluindo o próprio transexual.

1.4 Vera (1986)

O filme “Vera” (1986), do cineasta brasileiro Sérgio Toledo, conta a história da personagem transexual masculina⁵ Vera Bauer. Situado na cidade de São Paulo na própria década de oitenta, sua narrativa é por meio de *flashbacks*, intercalando a passagem da personagem pela Febem com a sua saída, aos 18 anos, sob responsabilidade do professor Paulo (Raul Cortez), que impõe como condição que ele trabalhe e estude para que receba sua ajuda. É importante lembrar que apesar do transexual conquistar o direito a uma representação fílmica que o melhor representasse na década de 80, consequência do seu maior espaço dentro da própria militância LGBT, na realidade estava e ainda está sujeito a muitos “estranhamentos” e preconceitos por representar, conforme a definição de Berenice Bento (2006) utilizada no primeiro capítulo deste trabalho, uma ruptura dos limites, supostamente tão fixos do sexo feminino e masculino.

Dentre as muitas limitações de oportunidade do transexual na sociedade, podemos citar a falta de espaço no mercado de trabalho como um fator essencialmente presente, visto que segundo dados da Antra⁶ (Articulação Nacional das Travestis, Transexuais e Transgêneros do Brasil), 90% dos travestis e transexuais brasileiros acabam por recorrer a prostituição para se sustentar. Apesar da personagem Vera não recorrer a este caminho no filme, sua atuação dentro do mercado de trabalho dito como “formal” mostra-se permeada por conflitos de aceitação.

No início do filme, o professor Paulo o leva para a faculdade onde trabalha e tenta convencer a pessoa responsável pelo setor de vagas a lhe conceder um emprego. A personagem surge caracterizada como um homem (cabelos curtos e calça masculina com

⁵ Consideramos “transexual masculino” o indivíduo biologicamente feminino e com identidade de gênero masculina e “transexual feminino” aquele que é biologicamente masculino e com identidade de gênero feminina.

⁶ Disponível em <<http://revistaforum.com.br/digital/132/sem-emprego-para-trans>>. Acesso em 15 de maio de 2015.

camisa para dentro e colete) e reivindica ser chamado de Bauer e não de Vera, tornando claro pela primeira vez na narrativa até então sua verdadeira aversão a tudo que poderia lhe definir como mulher. A funcionária logo o encara de forma surpresa e questiona se a biblioteca seria o lugar apropriado para ele trabalhar, ao que o professor rebate dizendo que era um excelente escritor e poeta e, portanto, se adequaria ao ambiente e assim, pela insistência de uma pessoa de grande estima e influencia na instituição, Bauer consegue o emprego. Um pouco mais adiante na história, Paulo o convida para uma conversa para saber como está sua adaptação e é alertada pelo professor sobre como as pessoas estavam cheias de preconceitos.

Um pouco mais adiante na narrativa, vemos Bauer ser rejeitada por duas mulheres: Clara, sua colega de trabalho, e uma outra moça num flashback ainda nos tempos de Febem. Após essas duas rejeições terem sido evidenciadas, na próxima cena a personagem aparece levando sua aparência masculina ao limite, vestindo terno e gravata para trabalhar. Uma vez que, para Bento (2006) a natureza do gênero não se dá em uma natureza interna, ser de um dado gênero nada mais é do que “produzir” as ações continuadas que constituem esse gênero, e neste sentido a aparência constitui um papel crucial para auxiliar no entendimento dos mecanismos de produção de conflitos, é interessante notar como isso é notado de forma clara na personagem. Ao longo da narrativa, conforme iremos observar, suas características estéticas masculinas vão aumentando na mesma proporção que seus conflitos de identidade de gênero.

Os funcionários, porém, não ficam satisfeitos e Bauer é repreendido tanto por eles quanto pelo professor Paulo, que reforça seu discurso sobre como deveria se “comportar” e como não deveria aparecer vestido daquela maneira. Os colegas, então, exigem que ele seja afastado do trabalho na biblioteca. Retomamos aqui, o conceito de Bento (2006) explorado no início deste capítulo, sobre a dificuldade em aceitar o transexual, pois a partir do momento que a personagem aparece caracterizada de forma a elucidar o gênero oposto ao seu, é colocada em lugar de abjeção. Conforme vimos com Butler (2014), isto ocorre, pois, o gênero é a simulação reguladora mais significativa de nossa cultura, e é através dele que é definido o que podemos ou não compreender pelos corpos, possibilitando a distinção entre os sexos. Isso é uma consequência do claro jogo de relação entre poderes que vão além dos entendimentos sobre corpos e sexos, pois delimitam o que podemos compreender também como seres humanos. Essas “normas” acabam por gerar conflitos e justificar socialmente formas de repressão e hierarquias. Ou seja, a legitimidade de Bauer como indivíduo parece

depende de sua capacidade de se portar de acordo com os papéis de gênero esperados do sexo que lhe foi atribuído em seu nascimento e assim que apresenta relutância em seguir as normas, é repreendido.

Ainda na mesma cena, conseguimos trazer um pouco da problemática de Bauer para o campo da identidade, de modo a ampliarmos nossa compreensão sobre a personagem. Quando o professor Paulo exige que Bauer explique sua conduta de se vestir daquela maneira, a personagem apenas diz que um dia irá juntar dinheiro e fazer a cirurgia que irá “acabar com o seu problema” e que irá se tornar um homem de verdade e ainda diz que não é aquilo que todos pensam que ele é e se define como sendo “outra coisa”. Uma vez que, na concepção de Jacques Derrida, estudadas por nós pela concepção de Miskolci (2009), apenas conseguimos definir o que somos em oposição aquilo que não somos, Bauer só consegue reivindicar sua identidade baseado naquilo que não é: a personagem não se intitula “transexual” em nenhum momento, apenas consegue expor com palavras que só pode ser homem, uma vez que não se identifica com sua identidade de gênero feminina. Ainda assim, a personagem também não acredita pertencer plenamente ao universo masculino, uma vez que acredita que precisa da operação para validar o “ser homem de verdade”, tornando sua legitimidade, mais uma vez, dependente de fatores externos a ele.

Em seguida, Bauer decide ir visitar Clara em sua residência e aparece, mais uma vez, de terno e gravata e dessa vez ainda portando flores, outra característica que parece ser baseada no referencial do que é ser “homem de verdade”. Evidenciamos neste momento como Butler (2014) reforça a percepção de Bento (2006) exposta um pouco atrás, sobre o gênero ser constituído por uma repetição de performances. Segundo a autora, a experiência real do gênero deve ocorrer por meio dessa repetência, mas não de forma a contemplar só a aparência, mas também os gestos, movimentos e estilos corporais. Notamos que Bauer, agora, não somente se veste como homem, como se livrou totalmente de todo e qualquer traço feminino, sua postura aparece mais emprumada; seu tom de voz, mais grave. Clara atende a porta e é seguida de perto por seu pai, que pergunta se ela não iria convidar o “moço” para entrar. Quando entra na casa, Bauer continua com a sua postura de “cavalheiro”, fazendo questão de dar as flores originalmente destinadas a Clara para a sua mãe e até trazendo presentes para Danilo, filho de Clara e o levando para empinar pipa. Se antes Bauer apenas rejeitava seu sexo feminino, mas ainda não encontrava muitos indícios de que pertencia ao masculino, agora parecem não restar dúvidas e seu desejo de ser aceito desta maneira vai se mostrando cada vez mais evidente.

Na próxima cena, novamente um *flashback* para a época da Febem, mostra um dos inspetores, na frente de todas as meninas enfileiradas, dando um sermão em todas e dizendo que terão que usar vestido e se depilar, pois não poderiam continuar daquela maneira. Bauer diz que faria qualquer coisa, mas não usaria um vestido de forma nenhuma, e muitas outras meninas concordam com ela. O inspetor fica muito nervoso e adota uma postura violenta e as chama de “machões” e ordenando que abaixem as calças porque “para ser homem, tem que ter culhões”. Essa passagem faz uma nítida referência a concepção de gêneros inteligíveis, que segundo Leite (2008) presumem que para ser homem é necessário ter um pênis e para ser mulher é necessário ter vagina e que os comportamentos sociais, bem como a sexualidade estão sempre alinhados de acordo com aquilo que é informado pela genitália. Essa cena é intercalada com uma que Bauer aparece discutindo com Clara por ciúmes dela estar conversando com um rapaz da faculdade, dizendo que é o homem da relação e que ela precisa respeitá-lo, e Clara fica muito nervosa e diz não aceitar que uma pessoa com quem ela transou uma vez mande nela e queira determinar com quem pode ou não conversar:

A próxima cena mostra Bauer sentado em frente ao espelho com uma aparência triste, enquanto Clara senta na cama e dessa vez com uma atitude mais carinhosa e paciente, tenta tirar sua roupa. Mas depois que sua blusa e suas bandagens que cobriam seus seios são removidas, Bauer fica muito perturbado e sai correndo para a casa do professor Paulo, onde chora bastante e diz não aguentar mais sua vida e implora por ajuda e o professor diz que ele pode até ficar na casa dele por uns dias, mas que ele era muito inteligente e capaz e precisava construir sua própria vida a seu caminho. Nesse momento, diz se sentir mal e vai até o banheiro. Quando o professor vai ver o que tinha acontecido, encontra Bauer sentado na privada e exhibe suas mãos com sangue, aparentemente de sua menstruação.

A escolha dessa cena como a última em que a personagem aparece no filme, parece exteriorizar para os espectadores um pouco de seu conflito interno, fundamentado pela angústia de que por mais que subverta as percepções de gênero e reivindique sua identidade masculina, existe a possibilidade de ser constantemente subjugada e que o seu sexo, ou biologia, sejam sempre considerados o seu “destino”, ou seja, que esteja sempre presa no gênero que seu corpo presume.

Referências

BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo – Sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro : Garamond, 2006.

BESSA, Karla. *Os festivais GLBT de cinema e as mudanças estético-políticas na constituição da subjetividade*. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n28/12.pdf>>. Acesso em maio/2015

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

JAYME, Juliana Gonzaga. *Travestis, transformistas, drag queens, transexuais: montando corpo, pessoa, identidade e gênero*. Disponível em <<http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel3/JulianaJaime.pdf>> Acesso em out/2014

KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia*. São Paulo: EDUSC, 2001

LEITE, Jorge. “*Nossos corpos também mudam*”: sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. Disponível em <http://www.academia.edu/1258599/Nossos_corpos_tamb%C3%A9m_mudam._Sexo_g%C3%A3o_nero_ea_inven%C3%A7%C3%A3o_das_categorias_travesti_e_transexual_no_discurso_cient%C3%ADfico>. Acesso em: nov/14

LOURENÇO, Amanda. *Travesti: a construção do corpo feminino perfeito e suas implicações para a saúde*. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=181630>. Acesso em: nov/14

MISKOLCI, Richard. *A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização*. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n21/08.pdf>> Acesso em fev/2015

NEPOMOCENO, Margarte. *O Colorido Cinema Queer: Onde O Desejo Subverte Imagens*. Disponível em <<http://itaporanga.net/genero/gt6/13.pdf>> Acesso em abril/2015

RICH, B. Ruby. *New Queer Cinema*. United States. Duke University Press, 2013

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Disponível em:
<http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf>. Acesso em out/2014

SILVERSTONE, Roger. *Por Que Estudar a Mídia?..* 3a ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.